

## ENTREVISTA COM ALUIZIO FERREIRA PALMAR

### Há homens que lutam um dia...

Há homens que lutam um dia, e são bons;  
Há outros que lutam um ano, e são melhores;  
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;  
Porém há os que lutam toda a vida  
Estes são os imprescindíveis  
(Bertold Brecht)

Aluizio Ferreira Palmar<sup>1</sup> nos brindou com uma instigante entrevista<sup>2</sup> que foi realizada durante uma pesquisa de campo do projeto “Ditadura no Oeste<sup>3</sup>”. A transcrição de parte da segunda sessão, que ora oferecemos ao público da Revista Espaço Plural, aborda diversos aspectos históricos do tema da ditadura no Brasil. O tema da ditadura no Oeste do Paraná, abordado por Aluizio em seu livro de memórias *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*<sup>4</sup>, é retomado como tema gerador desta entrevista. Optou-se por manter a oralidade do relato. Desta forma, pensamos oferecer uma fonte histórica de grande importância para a compreensão do debate relacionado à ditadura brasileira, principalmente no que se refere ao debate regional, em específico ao Oeste do Paraná, caso ainda pouco explorado pela historiografia que se dedica ao tema. Diversos assuntos/temas foram retomados nesta entrevista. Durante a entrevista e a transcrição não se procurou manter uma linha rígida. Neste sentido, optou-se por manter a característica de um bate-papo e não de um relato definitivo. Esperamos que o material amplie nosso leque de preocupações com relação ao tema da ditadura civil-militar brasileira.

---

<sup>1</sup>Dentre as atividades recentes do entrevistado, destacamos sua necessária contribuição na organização e publicização de documentos da ditadura brasileira no site *Documentos Revelados*: <http://www.documentosrevelados.com.br/>

<sup>2</sup>Realizamos duas sessões de entrevista totalizando, aproximadamente, 9 horas de gravações. Entre a primeira e a segunda sessão contamos com a participação dos seguintes pesquisadores: Carla Silva, Gilberto Calil, Enrique Padrós, Marcos Vinicius Ribeiro, Lucas Gaspar, Marcos Ferrari de Campos. Todos doravante nomeados como “Entrevistadores”.

<sup>3</sup> Projeto coletivo de pesquisa sob coordenação da Prof. Dra. Carla Silva do colegiado de graduação e mestrado em História da UNIOESTE. A equipe do projeto é composta, ainda, pelos professores doutores Gilberto Calil, Marcio Both, e pelos professores mestres Marcos Vinicius Ribeiro, Edina Rautenberg e Selma Martins Duarte. A consultoria é feita por Alessandra Gasparotto (UFPEl) e Enrique Serra Padrós (UFRGS). Vários estudantes de graduação e pós graduação compõem ainda a equipe.

<sup>4</sup>No livro, além de traçar um panorama bem completo sobre a ditadura e a luta armada no Brasil, Aluizio se dedicou ao tema do desaparecimento de seis militantes da luta armada que desapareceram em uma emboscada armada pela repressão no Parque Nacional do Iguaçu. Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavéchia, Vítor Ramos e Enrique Ruggia são os nossos desaparecidos, tema contraditório e ainda sem solução. O tema da desaparecimento do grupo de Onofre Pinto como ficaram conhecidos os seis desaparecidos do Parque Nacional do Iguaçu, foi retomado na audiência da Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu-PR no dia 27/06/2013.

AP: Os filhos, estão procurando ele... e o pessoal fazia assim, alguns que tiveram filhos não registraram os filhos, eram clandestinos, evidente. Então, existe um problema de paternidade sério. No caso de Nova Aurora, eu tenho um problema; faz três anos que uma moça, moça... ela tem 40... 40 e poucos anos... a Maria Lucia, liga pra mim uma vez por semana, e não sei o que, pôs um e outro parente dela da prefeitura. Já fiz de tudo. Agora mandei mais uma correspondência para o ministério do planejamento para liberar o dinheiro dela. Por meio de testemunhas, colonos, agricultores de Boa Vista que estão dizendo que ela é filha do fulano de tal... do Osório. E juntei mais uma certidão de casamento da paróquia, da igreja. Na certidão de casamento, consta filiação. É o único documento que consta filiação, mas não tem valor legal é um documento do padre. Mas vale, ajuda, ajuda. Aí mandei pro planejamento. Aí falei pra ela o seguinte, ela é tão atrasadinha... semi-analfabeta... falei pra ela, vai na prefeitura, pega um advogado da prefeitura, defensoria publica, e peça pra ele entrar com uma declaração de paternidade. Não é por aí? Entra com uma declaração de paternidade, com o documento do padre, mais as testemunhas, não sei o quê, que tudo o que tiver o juiz ó, caneteia a paternidade. Com isso aí, ta resolvido o problema dela. Da irmã dela não. A irmã dela mudou de religião, é evangélica, aí pegou tudo que é documento, rasgou, queimou, pôs fogo, não quis saber... xô satanás, é o tal negócio. Aí, o que aconteceu, não tem o documento da igreja. É um caso interessante, esse o das filhas do Osório. Ele não registrou as filhas...

ENTREVISTADORES: Naquela época né...

AP: O Alberto deve dizer pra você por que o Osório não registrou as duas filhas... não sei

sé devido a situação da clandestinidade, isso é antes da prisão.

ENTREVISTADORES: e ele morreu, assim, como?

AP: eu entrei com um pedido na comissão de Anistia e a comissão da anistia deferiu 30.000 reais. Eu já falei pra Maria Lucia, pega esses 30.000 reais, divide com a sua irmã, que ajuda a vida de vocês. Mas eu vou entrar com um pedido de reforma dessa coisa, porque não tem sentido. Eu conheço gente que nem presa foi e que ta recebendo um monte! 2.000, 3.000 por mês, como uma que mora aqui em Ciudad Del Leste. Mas são classe média. Quando é camponês ganha pouco. Então eu já denunciei isso, por que isso é uma discriminação de classe... Discriminação de classe dentro da comissão de anistia e da comissão de Mortos de Desaparecidos também. Comissão da verdade coloca assim: Rubens Paiva, Herzog, não sei quem... sempre os midiáticos, os da mídia, não é... Já os coitados aí, operário, camponês, não dá mídia, ninguém conhece. Interessante isso, né... até nisso existe problemas de preconceito de classe.

ENTREVISTADORES: E aqui em Foz o Sr. teve esse trabalho, fez sozinho esse trabalho, ajudou pessoas, tem ajudado pessoas pro reconhecimento...

AP: Muita gente! Muita gente...

ENTREVISTADORES: e existe o Centro de memória que faz o trabalho, ou o Sr. faz sozinho?

AP: Eu e o Centro. Com pouca ajuda, com um pessoal que não conhece tanto, né... agora começou a mudar, que aí a gente vai entrar no... a gente ta só fazendo um

## ENTREVISTAS

esquenta aqui, não é? Agora começa a melhorar, por que é o perfil de Foz do Iguaçu. Em tanto anos aí, desde o tempo da Facisa e o Campus da Unioeste e... ta começando agora a... o DCE nem se fala... Então a gente não tinha onde ir, não é, no mundo acadêmico. Agora a Unila mudou, não é... mudou o perfil da cidade. A Unila ta mudando, e rapidamente está mudando o perfil da cidade. Hoje a Unila é parceira. A instituição é parceira em vários aspectos, inclusive nesse de Centro de memória, recuperar, ajudar. Agora vai ter o Centro cultural Unila/Caixa que nós vamos ter uma sala, um Centro de Memória. Os alunos vão estar juntos, trabalhando. Mas eu fiz tudo sozinho... O caso do Sr. Stanislau foi um caso interessante, muito interessante... um velhinho que era cobrador de ônibus, ele se aposentou e vivia aí na periferia, extrema miséria... doente, doente, muito doente o Sr. Stanislau... um dia ele chegou, ele e a segunda mulher, já havia separado, contando a história dele. A gente sempre né, vamos ver o que tem de verdade a história do Stanislau. Ele tremia muito e chorava, não é, que não podia falar. Ele dizia o seguinte: que era presidente do sindicato do produtores rurais de Cascavel e da micro-região de Cascavel, Assis, por ali. E que no dia 1 de abril, a policia política entrou por ali... o sindicato... morava nos fundos da Alfaiataria, do alfaiate. O alfaiate era o contato do PCB na região. Então, o sindicato funcionava aí atrás. Então, foram pegar o alfaiate e pegaram ele também, ele e o sindicato todo... ele foi preso, foi levado pra delegacia de Cascavel e foi torturado. Extremamente torturado. Saiu de lá todo quebrado. Ficou 3 anos preso, sem processo, no AU e em Piraquara, mais tempo em Piraquara, sem processo, não foi processado, não teve condenação, nada... isso foi o que ele me contou. A mulher dele vendeu o sítio pra pagar advogado e manter a família.

Perdeu o sitio, ele era sitiante... era Associação dos Pequenos Proprietários Rurais de Cascavel e da micro-região de Cascavel. Aí, peguei aquilo e procurei o Alceu Sperança... Alceu, você que é, não é, historiador, jornalista que pesquisa... aconteceu isso em Cascavel no dia 1 de janeiro de 1964? Ele disse: não, não conheço não, isso não procede... e eu: não, isso não pode, que coisa... Aí eu fui ao arquivo publico do Paraná, mexi, mexi e não encontrei nada. Até que consegui uma relação de presos na região, agricultores presos na região... uma relação do DOPS, mas era só uma folha solta, sem identificação... aquilo ali foi o suficiente, né, e tava o nome dele. De fato o velho foi preso, tudo o que ele contou, foi verdade. Ele foi pintar uma parede caiu do andaime e quebrou uma perna. De fato a perna tava quebrada. E com isso aí eu entrei na Comissão de Anistia. Aí deram pra ele 15.000 reais (risos). Ele morreu sem receber, morreu antes de receber. Você vê! É um absurdo, não é? O caso do Stanislau. Camponês, agricultor, preso e não era... acho que não era nada de esquerda, era um sindicalista ligado ao Amauri Silva que era o ministro do trabalho do governo Jango. O Amauri é do Paraná, ele organizou os sindicatos rurais. E de fato os sindicatos rurais eram do PCB, assim como as ligas camponesas eram da AP. do Paraná, não surgiu liga, mas surgiu os sindicatos... isso vocês já trabalharam esse tema... Então, esquentou... (risos).

2ª sessão Entrevista Aluizio Palmar.  
23/3/1972, na sua residência.

Entrevistadores: Carla Silva; Gilberto Calil;  
Marcos Vinicuis Ribeiro; Marcos  
AdrianiFerrari

ENTREVISTADORES: Temos que ver o que ficou pra traz, começar com retorno, anos 1980...

AP: Muita coisa, ficou pra traz?

ENTREVISTADORES: Não, uma coisa que eu acho que possamos começar por ela, embora o senhor já tenha falado sobre ela, mas é um pouco mais sobre a questão da conexão repressiva na fronteira, essas ligações, esses vínculos. Porque Foz do Iguaçu acabou sendo um lugar de passagem de muita gente por aqui. Eu sei que isso não tem a ver com o que vocês faziam, mas...

AP: Mas é verdade.

ENTREVISTADORES: a partir daí certamente o senhor tem conhecimento de pessoas que passaram. Como que era isso? Existia uma base de pessoas, de organização de apoio a elas, ou como é que isso se organizava aqui em Foz, e nas cidades aqui da fronteira?

AP: Eu acho o seguinte, que até (66?) 76, 77, 78, é... o Exército tinha, o primeiro Batalhão de Fronteiras, tinha seu S2, né? O Serviço Reservado do Exército. A Marinha, na Marinha havia um capitão, eu não tenho o nome dele agora, ele era o encarregado de não tem nem como dizer – ele era encarregado de observar, cuidar das pessoas. Porque não era um serviço também de Cenimar, não era um Serviço de Informações da Marinha que havia em Foz. Havia um capitão encarregado de olhar as coisas, dentro da Marinha e fora da Marinha. A Aeronáutica era um destacamento pequeno, não havia nada. A Polícia Civil sempre trabalho no controle político, né? Se a gente for observar os documentos... É uma pena que esse arquivo de Foz, o arquivo mais completo da

Ditadura estava intocável, desapareceu, né, uma parte. Porque ali eu encontrei coisas interessantes, que ali havia muito controle na década de 1950, no final da década de 1950 quando vieram pra cá os paraguaios exilados, na década de 1950, em 1959, depois do golpe lá no Paraguai. Mas os liberais, né? E alguns colorados dissidentes que vieram depois, primeiro os liberais e depois os colorados dissidentes. Então, o controle era feito sobre os paraguaios dissidentes, que vieram pra cá exilados. Mais pra frente começaram a controlar a comunidade árabe. Não havia um controle, assim, havia assim, pedidos: jornal tal, qual a tendência? Jornal tal é comunista, O Trabalhador, tinha um jornal chamado O Trabalhador, esse jornal deve ser comunista, Trabalhador, né? Ai vinha a resposta por parte do S2 do Exército e da Polícia: “não, não são comunistas, são pessoas da comunidade, não sei o que, não sei o que...” só isso, né. Teve uma, já no final da década de 50, entrando em 60 e alguma coisa, descobriram um comunista na fronteira que é o Tarquino Santos, né, que é lá de Cascavel, e tal, figura famosa aí, farmacêutico. Havia muitos pedidos de informações: “é ou não é?” Essas coisas, então havia um certo controle, mas esse controle que havia aqui era o mesmo que havia em todo o Brasil, era o mesmo, não era diferente, não era especial por ser de fronteira. Depois, já no final da década de 1960, começa a se organizar melhor a repressão, né? E a repressão, a polícia política se centraliza dentro do Primeiro Batalhão de Fronteiras. o S2 já tinha um corpo de pessoas trabalhando, o capitão. Sempre foi um capitão o responsável pelo serviço reservado e mais os tenentes, CPOR, etc, né? E um ou outro agente que atendia os casos, né? Então, era um agrupamento, tinham uma sala, um escrivão, as pessoas eram chamadas para depor, não sei o que.

## ENTREVISTAS

Mas a organização, e sistematização da repressão, começa com mais força a acontecer foi já quando começam as obras de Itaipu. Setenta e alguma coisa, né? Por que aí, a troca de informações entre os diversos órgãos: CENIMAR, Centro de Informações da Marinha; o Centro de Informações da Aeronáutica que era CISA; Exército, seus vários órgãos, e tal; o SNI correspondência direta com... pedido informações da Câmara de Vereadores, pedindo pronunciamentos de vereadores, pronunciamento disso, pronunciamento daquilo, investigar fulano, a investigação foi grande, desse período de 1974 pra frente. E interessante, não que ela mandava mas a Secretaria Especial de Informações de Itaipu ela sistematizou, ela organizou essas informações, que eram informações dispersas, as informações que partiam da Marinha, que já tinha um grupo de informações, do Exército, tinha um grupo forte de informações, era tudo centralizado, tudo sistematizado dentro da Assessoria de Informações da Segurança de Itaipu. E essa assessoria foi que fez o trabalho de enlace – como fala enlace? De... ligação, com a repressão: a polícia política do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e do Chile. Ou seja, começaram as trocas de informações entre os diversos sistemas, né? De repressão política no continente, todas elas chegavam até Itaipu e Itaipu difundia para Brasília, Rio, São Paulo, o Brasil todo com seu sistema da Comunidade de Informações, né? Chegava à Itaipu, a Itaipu sistematizava e fazia um informe a mandava pra fora. Mandava para o SNI e o SNI difundia. Mais ou menos isso era, tá?

ENTREVISTADORES: Sim. O Senhor chegou a ter acesso a alguma parte dessa documentação? Lá na Itaipu? Ou, o que foi feito dessa documentação? Se o senhor puder falar um pouquinho também, sobre o

que é aconteceu com a documentação da Polícia Federal aqui em Foz.

AP: Tá. Eu quando foi em 2004 fazer aquela pesquisa no acervo da Polícia Federal, eu já, alguém, um agente da Polícia Federal, ele sempre me dizia: “olha, tem um arquivo lá no porão, muita coisa, muita coisa”. Eu não sei, nunca tinha ido, até que eu falei com o Nilmário Miranda, em Brasília. O Nilmário era deputado federal na época e representante da Câmara na Comissão 9140. E a partir daí, o Ministro da Justiça, que eu acho que era o Thomaz Bastos, era?

ENTREVISTADORES: Marcio Thomaz Bastos?

AP: Isso, ele fez um acordo com a polícia Federal. Ministro da Justiça fez um acordo com a direção da Polícia Federal. Um acordo de cooperação, e abriu os arquivos para um grupo de pessoas indicadas pela Comissão 9140. A Comissão fez a indicação, e o Ministro deferiu. Eu fui um dos indicados. E com essa credencial em mãos eu fui até o delegado: “eu vim aqui, quero ver, tá aqui né”, “ah, eu já recebi, está à vontade”, me liberou totalmente, 100%. Não podia fotocopiar, não podia fotografar. Teria sempre um agente me acompanhando, mas eu poderia ficar à vontade. e me sentia de fato à vontade. No início teve um constrangimento de estar indo dentro da Polícia Federal, aquela coisa toda, né? Devido ao período do jornal Nosso Tempo nós fomos muito reprimidos por eles, teve esse constrangimento mas com o tempo eu não precisava nem da carteira de identidade na portaria, já ia entrando direto. No início tinha revista, aquelas coisas, mas depois, não, já era de casa, né? Ia lá pro meu... minha sala. A minha sala era uma sala duas vezes essa aqui, cheia de caixas, e eu ficava no meio das caixas, era difícil, tinha que

passar por cima, me acomodar num cantinho pra abrir caixas. Mas muitas caixas, muitas caixas. Eu primeiro fui nas gavetas, pra ver as fichas, mas faltavam fichas, fui na ficha de informantes, não havia mais fichas de informantes. Porque eu fui para buscar os desaparecidos políticos, né. Esse era o meu objetivo. Mas eu ia olhando as coisas, como vocês olharam aquelas caixas,<sup>5</sup> a gente tem curiosidade, quer ver coisas. Então comecei a abrir caixas, abrir caixas e pastas. Abrir coisas e fui assim: vou anotar o que eu estou vendo, né? Mas na pressa, muita coisa passou sem que eu anotasse. E lá pelas tantas descobri alguns documentos da Itaipu, da Assessoria de Segurança e Informação da Itaipu. Pouca coisa, mas encontrei. E o que eu encontrei eu anotei. E a assessoria recebia isso aí, recebia de Santiago, de Buenos Aires, e de Montevidéu, e Assunção, informações e mandava pra o SNI e tal. Descobri que era um braço importante da Comunidade de Informações. E que alguns agentes, informantes da assessoria de Itaipu, não eram ligados a Itaipu, eram ligados a empreiteira da Itaipu. Interessante, né, como é que um funcionário da empreiteira, recebe da empreiteira, funcionário da empreiteira e trabalha na assessoria de informações da Itaipu. Aí a agente começou a ver a conexão entre empreiteira e Itaipu, de onde saía o dinheiro, né, porque o pagamento. Assim como havia verba secreta dentro do DOI, do CODI, da repressão das forças armadas para agentes que não estavam na folha, também havia aqui na Itaipu esse tipo de coisa. Tem um caso até de empréstimo de um funcionário da Conimpa, coninmpa? Acho que era conimpa. Era uma das empreiteiras... ele era muito bom pelo jeito porque ele foi requisitado requisitado pelo chefe do SNI, e ele foi cedido ao chefe do SNI, um tal de

Zimmermann. Não sei se ele foi porque era bom, ou porque tinha parente, proteção política, tem essas coisas, foi promovido, caiu pra cima foi pra capital. E aí fui até o Sameck, depois, mais tarde, porque a gente vai falar mais da Itaipu, fui até o diretor geral. Eu fiz oficialmente, eu não fiz... e ele me respondeu que ia me receber tal dia, e eu fui lá. E tava o Sameck, o Cabral, o jurídico, mais o chefe da segurança. E o Sameck colocou todo o arquivo dele a minha disposição. O coronel me deu um crachá e disse: pode entrar a hora que você quiser, vai lá no canteiro. E mais uma vez me deparei com as caixas, muitas caixas. E lá nas caixas eu encontrava só fichas de funcionários, ocorrências policiais, brigas na vila de Itaipu, brigas de casal, filho que fugiu de casa, briga de vizinho, briga de trânsito, e não encontrava nada. Mas encontrei alguma coisa, até que as pessoas ligadas ao serviço de informação de Itaipu me disseram: não, isso aí foi queimado em 85, na transição do Ney Braga pra não sei quem... quando o neysmo saiu da Itaipu a ordem era liquidar. Não sei se queimaram ou levaram pra casa, a informação foi a de que queimaram. Eu não sei se procede. Aí não descobri nada dentro da Itaipu, o que eu descobri foi dentro do arquivo da Polícia Federal. Mais tarde, em uma outra excursão ao arquivo do terror, em Assunção, apareceram muitos documentos da assessoria de informações da Itaipu. Porque na difusão, mandavam pra assessoria de informações da binacional em Assunção, e a acessória mandava para outros órgãos políticos em Assunção, e foram parar no arquivo do terror. Então no arquivo do terror é onde você encontra o maior número, a maior quantidade de documentos da acessória de informações da Itaipu Binacional. Existe um arquivo da Itaipu em Assunção. Segundo informações do Martin

<sup>5</sup> Refere-se à caixa de documentos que nos entregou para digitalização momentos antes da entrevista.

## ENTREVISTAS

Almada<sup>6</sup>, esse arquivo está inteiro. Foi feita uma tentativa de negociação com o diretor geral paraguaio de abrir o arquivo para pesquisa, e isso interessa muito pra nós, aqui no Brasil, não é. Para nós do Brasil seria importante ter acesso. E ele liberou, mas ninguém foi. O Martin está muito envolvido em viajar para fazer palestras pelo Brasil, e pelo exterior, e ele também não encarou isso de frente. Assim como, falando de arquivo ainda, antes que eu esqueça... no mesmo período nós encontramos em Assunção um arquivo, inteirinho também, está todo ele em parte, em livros, que é o arquivo da Marinha paraguaia. Esse arquivo eu acredito que tem muito documento de difusão do Brasil e de outros países pra lá. Porque esse arquivo está inteiro. Esse arquivo, até hoje, ninguém foi atrás, porque é grande o arquivo. A Jussara foi lá, a Jussara de Juiz de Fora. A Jussara viu o arquivo, e fotografou, eu tenho foto do arquivo da Marinha. Então, são essas coisas, o que você não encontra aqui, encontra lá fora.

ENTREVISTADORES: E o que aconteceu com essa documentação no processo recente de transferência. Como essa documentação desapareceu?

AP: Pois é. Então eu fiz um relatório dessa documentação que eu encontrei e passei para a Comissão 9.140. Quando a Dilma Rousseff assumiu a Casa Civil, houve uma orientação, por parte da Casa Civil, de recolher os arquivos da Polícia Federal no Brasil, para Brasília. Nem todos recolheram. Foz do Iguaçu demorou, mas enviou. E esse arquivo, segundo as informações que eles me passaram, e eu tenho tudo por escrito, todas as informações que a Polícia Federal me passou, a de lá de Brasília, porque a daqui (Foz) não dá informação, é de que o

arquivo saiu daqui em 2005 para Brasília. Bom... então foi para Brasília, e de lá para o arquivo nacional, não é? Porque o arquivo nacional estava com a Casa Civil. A orientação era para recolher para o arquivo nacional. E daí, eu mandei uma relação para o arquivo nacional: queria saber se esses arquivos estão aí? Eles responderam: esse está, esse não está... esse está, esse não está. Na mesma folha, do que está e do que não está. E depois eu voltei ao arquivo nacional pra checar essa informação, e de fato confere, de que a maior parte do arquivo não chegou a Brasília. Não chegou no arquivo nacional, uma parte dos documentos. Os documentos que chegaram ao arquivo nacional são de menos importância. Os documentos de maior importância, esses da conexão do terror aqui no cone-sul, documentos relacionados a figurões da República, documentos relacionados a desaparecidos políticos sumiram. Não se vê mais. Ano passado, já quando a Dilma assumiu... a Dilma assumiu quando? 2010? Ela assumiu em janeiro de 2011? Então foi ano passado o segundo ano dela. De tanto eu insistir e cobrar, o José Eduardo Cardoso fez uma reunião, chamou a gente lá e comunicou que a polícia federal estava procurando e não encontrava os tais documentos. Aí eu estive em uma reunião com a direção geral da polícia federal que o Ministério da Justiça organizou, nessa reunião fui eu, a deputada Erondina, um representante dos desaparecidos políticos do Distrito Federal que é a Iara Xavier, o Paulo Abrão que é o presidente da Comissão de Anistia, e foi o delegado geral da Polícia Federal e o chefe de informações da polícia federal no Brasil. E eu entreguei para o delegado geral da polícia federal provas de que alguém separou. Na república democrática, no governo do PT, alguém separou. Não sei quem, mas alguém separou. Os documentos saíram todos daqui.

---

<sup>6</sup> Colocar referencia. Quem é....

Os documentos chegaram na policia federal em Brasilia e ficaram estacionados lá durante um ano, dois anos no mesmo lugar. E ali naquele lugar alguém separou. E essa pessoa era o chefe de informações da policia federal. Que disse a Suzana Lisboa que eu podia ir lá que ele já havia separado os documentos pra mim. Ele disse que deixou tudo organizado. Ou seja, ele foi irônico. Disse que deixou tudo preparado. Então, eu pedi que fosse aberto uma sindicância. Dentro da Câmara Federal existe também uma subcomissão que a Erundina é presidente, porque tem a Comissão de Direitos Humanos que o presidente é o Marcos Feliciano, e tem a subcomissão que a Erundina é a presidente, não sei que subcomissão é essa, mas é mais especifica. E ela, como presidente, fez um oficio ao Ministério da justiça que deve ter encaminhado a policia federal, que há desaparecimento de documentos públicos. Mais uma vez documentos desaparecem, alguém tirou esses documentos que não chegaram no arquivo nacional. O funcionário deve ser responsabilizado. Tem que abrir uma sindicância, pra responsabilizar, pra que sirva de exemplo inclusive. Como, numa fase como essa, acontece essas coisas. O próprio ministro disse pra mim: é preciso ter cuidado pra lidar com essa gente... eu disse: mas você não é o chefe deles? Não é o ministro do Estado? A policia federal não está submetida ao ministério da justiça? É um órgão do ministério da justiça..." tem que ter cuidado, porque não sei o que... e não dá pra cobrar...". Medo de que? Medo de ser investigado?

ENTREVISTADORES: E todo esse trabalho, com a tentativa de localizar esses documentos... e não existe respaldo na sociedade brasileira? Na imprensa, na

mídia? Sobre esse trabalho que vocês fazem?

AP: Não.

ENTREVISTADORES: Só quando acontece alguma coisa midiática, aparecerá nas revistas, jornais?

AP: Sim. O respaldo institucional por parte do ministério da justiça foi excelente. Não posso criticar o José Eduardo porque ele fez o que tinha que fazer, o Paulo Abrão, que recebeu a comissão de representação do ministério da justiça nessa conversa com a policia federal... o delegado, foi muito gentil, o diretor geral: "Não, democracia, tá aberto, pode ficar a vontade... foi muito bom, assim, o cafezinho... foi excelente! E nós fizemos uma excursão a policia federal em Recife. Fui eu e a diretora geral da coordenadoria de Brasília do arquivo nacional. Chegamos lá, reuniu toda a cúpula da policia federal, em Recife. Eles não sabiam de nada! Não sabiam nem que houve ditadura! São uns jovens da policia, não estão nem aí. "não tem nada, aqui não tem nada", eles disseram. "Mas será?" "Não, não tem nada, mas tem um arquivo lá...". E nós fomos naquele arquivo que eles disseram, em meio a bicicletas, computadores, coisas apreendidas e encontramos varias caixas de documentos da ditadura. Então, se você vai, encontra! Nós fomos no tribunal de justiça do Recife e encontramos! Nós fomos na Sudeni, encontramos! Quer dizer, quando vai encontra! Agora, é preciso ir a campo, nesses órgão. É difícil. Aqui em Foz, pelo jeito, não tem mais nada. Porque a ultima vez que eu entrei no arquivo, até estava com um cheiro forte de veneno, não sei o que eles passaram lá. Limparam bem o arquivo antes de eu ir. Tava insuportável ficar lá dentro. Estava bem organizadinho, super bem organizado. Arquivo velho, que eu



## ENTREVISTAS

encontrei a alguns anos atrás, já virou história. De fato ele foi mandado pra Brasília. Ele não ficou aqui, lá que desapareceu.

ENTREVISTADORES: no resto do oeste, Cascavel? Existe algum arquivo? Existe alguma coisa pra ser encontrada?

AP: Eu acho que foi descentralizado o arquivo. O Exército, em Cascavel, eu não sei se enviou tudo para o comando da 5ª região militar, ou ficou alguma coisa ali em Cascavel ainda. É questão de alguém chegar lá na cara dura e bater lá: “O comandante, o quê que tem aí de documentos históricos?” Documentos históricos, não vão falar... ele vai falar: “Tem umas coisas aí”. Vamos lá, é falar “olha, nos somos pesquisadores da universidade.”

ENTREVISTADORES: Mas tinha uma comunidade regional de informações? Tinham pessoas responsáveis em Cascavel?  
AP: Acredito que não. Não chegou a ter uma comando regional.

ENTREVISTADORES: O Sr. chegou a ficar detido em Cascavel, num primeiro momento?

AP: Eu fui preso lá...

ENTREVISTADORES: Mas era uma prisão provisória?

AP: Foi provisória...

ENTREVISTADORES: Não tinha ninguém?

AP: Não tinha. Tanto que eles não sabiam interrogar e chamaram o pessoal do DOPS de Curitiba. Por que o DOPS funcionava... nas delegacias de policia, todas as

delegacias tinha um responsável. Assim como você tem a delegacia de homicídios, delegacia de costumes como antes existia, tinha a delegacia de ordem política e social. Na delegacia de ordem política e social entrava de tudo, até costumes. Mas ela investigava atividades sindicais, conflitos de terra, questões políticas dos partidos, MDB, ARENA, as broncas, se informava de tudo. Então você encontra muitas informações das delegacias no arquivo publico do Paraná. Lá tem da delegacia de Cascavel. Assim, sobre Assis Chateaubriand, Rondon tem muita coisa, até a tentativa de assassinato do prefeito Seibert, não sei o que... Rondon eu não sei porque que havia tanta investigação em Rondon, não é? Mas havia...

ENTREVISTADORES: Área de Segurança Nacional, Rondon e Guaira...

AP: Área de Segurança Nacional, então... você encontra das delegacias de policia. Mas em espaço. Quem centralizava era o delegado Osias Agualuer, torturador, esse cara me pendurou lá no DOPS de Curitiba. Esse o Osias era o delegado geral do DOPS e ele centralizava as informações. A delegacia dele, em Curitiba, centralizava as informações de todo o Estado. Não era regional, era Estadual.

ENTREVISTADORES: Eu queria propor uma questão a partir da sua fala anterior. O contexto do Oeste do Paraná, a partir da escolha de vir com o MR8, e depois fazer a organização de vocês aqui. E depois de constituir o sitio que era a base, e vocês fizeram o reconhecimento de vocês e entraram em contato com a população local e, se eu não estou enganada, o Sr. falou uma coisa assim, que dentro da pratica de vocês o combinado era de que vocês deviam observar mas ficar quieto. Eu queria saber, o que vocês observavam que eram elementos de conflitos que existia na região pra que a

gente possa, inclusive, tomar conhecimento disso e as pesquisas possam recorrer a isso. A gente tem muitos alunos nos procurando pra trabalhar nessa área. A gente está trabalhando com a ditadura, a gente quer pesquisar. Eu acho que uma fala nesse sentido ajudaria.

**ENTREVISTADORES:** a história dos conflitos da terra tem sido apagada. Temos uma dificuldade de recuperar isso.

**AP:** o Oeste do Paraná virou uma coisa mítica dentro da esquerda. Ninguém falava, mas todo mundo procurava. Quando a gente começou a procurar a área pra implantar o foco guerrilheiro guevarista, ou de acordo com o Regis Debret... começamos em 1966. Na verdade começamos em 1966, discussões em Minas, discussões em Goiás. Então, a gente sempre... eu não sei de onde partiu o Oeste do Paraná. Mas eu tenho a impressão, não sei se eu esqueci, é que nos contatos com o pessoal do MNR, tentativas nossa de unir a pré-dissidência, que estava caminhando para a dissidência, neste contato com o MNR. Eu tinha um contato bem próximo com o o sargento Lucas Alves que morreu na tortura em Belo Horizonte, um ano depois dos “mãos amarradas” foi ele. O primeiro foi o Raimundo em Porto Alegre e, em seguida, foi o Lucas Alves. E o Lucas sugeriu... eu estava num aparelho do MNR, e ele sugeriu o Oeste do Paraná. E abriu um mapa. Era eu, ele e o sargento Osvaldo Fanta que saiu no seqüestro do Alemão. Aí eu vim pra cá com o Osvaldo Fanta. Viemos direto pra Foz do Iguaçu. Viemos e voltamos. E começamos a levantar, conhecer a região por mapa, alguma coisa escrita, espaço assim. E decidimos que seria aqui devido a proximidade com a fronteira e os contatos que a gente podia ter com o pessoal que estava se organizando na Argentina, os

paraguaios dissidente, essa coisa da cobertura vegetal excelente que tinha em toda a região, os conflitos, a gente sabia dos conflitos de terra. Quando a gente escolheu a região e definitivamente eu abri os primeiros contatos com Curitiba, com o Beto Curvo e o pessoal da dissidência de Curitiba, o pessoal do Fábio Campana, havia todo esse contato por meio do pessoal do CRUSP que a gente também estava trabalhando com eles e avançamos nessa direção. Depois o Lucas Alves entrou na Colina e morreu lá em belo Horizonte e o pessoal do CRUSP ficou com o Marighela. E ficamos nós. E eu vim pra cá com o Nielson Fernandes que era um operário naval desenhista, topógrafo, um cara especializado em mapas. Vim eu e o Nielson de jipe e percorremos toda a região Oeste e Sudoeste buscando e fazendo levantamento topográfico: pontes, ruas, avenidas. Nós temos um levantamento que está naquela caixa que é um levantamento muito bom de Medianeira, com a casa do Juiz, casa do delegado, é um levantamento muito bom da cidade de Medianeira. Esse levantamento, a gente chegava nas cidades como tipógrafo. Em Pérola nós fomos recebidos pelo prefeito, ficamos hospedados na casa dele. Era sempre assim. Ficamos meses fazendo esse levantamento. Mas só topográfico, não era social. Mas as informações chegavam. A gente só entra em contato com a realidade social numa segunda etapa. Ainda não tínhamos o sitio do Boici. A segunda etapa era eu, Nielsen e Bernardino. Bernardino é o bigode branco, que da outra vez eu falei dele. O Bigode Branco, como era o cara que distribuía o jornal “Terra livre” aqui na região ele tinha muitos contatos. E este trabalho que nós fizemos, foi um trabalho feito a pé, não foi de caro. Caminhamos pra caramba. Caminhamos muito. As vezes a gente pegava carona com alguém, um jipe que

## ENTREVISTAS

estava atolado no meio do barro a gente empurrava e tirava do barro e pedia carona. E caminhava. A caminhada como era de mochila de saco de lona, um saco de farinha de trigo com nossas coisas dentro e muito reviro. A gente se alimentava com muito reviro. E bota e chapéu, pra ficar mais natural na região. O Bernardino com facilidade de contato e assim fizemos a pé boa parte de Guaraniáçu, boa parte de Cascavel, Capitão a pé. Vera Cruz do Oeste, São Pedro. Em Vera Cruz nós plantamos um contato, descobrimos um contato, Dona Astra Fruit. A gente dormia num galpão da Dona Astra em meio ao arroz. Ela tinha plantação de arroz, ela e o Seu Pedro, acho que era Pedro. O Pedro morreu e ela casou com o japonês que morava na casa. E a Dona Astra saiu de Vera Cruz, foi morar em Cascavel e voltou pra Vera Cruz. E era o nosso contato. Quando passávamos por Vera Cruz, estávamos cansado e chegávamos em Vera Cruz pra ficar na casa da Dona Astra. Em Assis nós não tínhamos contato. Então, nós ficávamos ali direto em pensão. Em Ramilândia, que na época não era Ramilândia, era Matelândia mas tinha uma fazenda de rami. Em Matelândia na fazenda do rami nós ficamos um bom tempo. Ficamos alojados no galpão dos solteiros, porque havia o galpão dos casados e dos solteiros, na fazenda do rami, do japonês. Não me lembro o nome dele, acho que era Tacura o nome do fazendeiro. Era uma fazenda muito grande com muita gente trabalhando. Ali foi com o maior do cuidado, a noite com a peonada, porque o Bernardino fala pra caramba, aliás, falava, não sei se está vivo. E o Bernardino abriu o jogo pra peonada, aí começaram a surgir os casos dos dedos cortados, e do salário, e do armazém, e da dívida no armazém, vocês sabem não é, como funcionava essas fazendas. E alguns operários que estavam com máquina ali, porque o corte do rami era

feito com máquina, eles queriam nos acompanhar, queriam ir junto conosco. Aí a gente falou: “depois nós voltamos pra pegar vocês porque agora não dá pra ir junto”. Fizemos também Santa Helena, Medianeira onde conseguimos estabelecer um ponto com o Lauro Constantino, dentista. Aos poucos nós fomos deixando... e aqui em Foz era o pescador Israel Rezende. Era um pescador e na casa dele, um rancho a beira do rio Iguaçu a gente ficava hospedado. E nós chegávamos sempre aqui em Foz pela estrada velha. Era uma estrada que cortava o parque, entrava em Matelândia na picada Benjamin que nós fazíamos inteira e saíamos aqui no portão do parque e chegávamos até a casa do Israel. Esse trabalho feito a pé. Algumas vezes nós dormíamos em meio às plantações de hortelã porque não havia soja, nós não vivíamos de soja. Eu me lembro de rami, hortelã, feijão. Muita hortelã na região de Santa Helena. E pra chegar aqui no parque nós vínhamos pela estrada velha de Guaíra. Santa Helena, Guaíra, chegava, não é, hoje é lago. Aí chegávamos até aqui. Chegamos a ter mais um contato no portão de Santa Terezinha. Era um verdureiro que tinha uma horta. Ele vinha entregar verdura em Foz, e a gente vinha na charrete dele quando ele vinha aqui em Foz entregar verdura. Ou seja, esses contatos eram feitos assim, o primeiro contato nosso com um conflito grande, porque não era latente, latente era tudo, de explosão mesmo foi na região do São Francisco, no braço falso do São Francisco em Santa Helena. Era fazenda dos paulistas, não sei o nome que tinha aquela fazenda, onde o pessoal estava armado. Tem ali a ponte queimada, era na região da ponte queimada.

ENTREVISTADORES: Fazenda dos Mesquitas?

AP: É fazenda dos Mesquitas. Aquela fazenda era um conflito, e Bernardino conhecia todo mundo ali. Aí nós falamos com o Bernardino: “vamos sair daqui porque a situação está complicada, ta morrendo gente!” havia um conflito forte entre jagunço, PM e civil. Policia Militar, Policia Civil e jagunços que não era nem policia militar nem policia civil, e juntos pra expulsar os posseiros da fazenda. E o Bernardino conhecia todos os posseiros, nós ficamos na casa de posseiro, casa de um, casa de outro, e ficamos uns dias ali no meio daquela confusão. Nós fomos pra fazer levantamento e não pra encarar uma situação dessa. Esse foi nosso primeiro contato forte com conflito. Depois no sudoeste encontramos outros conflitos latentes, mas sempre assim, de pessoas ocupando terras e policia e jagunço tirando as pessoas da terra. Não era ocupação, era terra ocupada. As colonizadoras tirando aquelas pessoas que estavam naquela terra a anos, eram retiradas das terras das colonizadoras. Na região do Boi Piquá que fica entre a região de Cascavel, Assis, Toledo, por ali, naquele miolo fica o Boi Piquá, eu nunca mais voltei ali. Aquela terra foi toda ela colonizada pela Lopeí, pela Companhia Pinho e Terra. A Companhia vendeu a terra, menos os pinheiros. E que nesse negócio de cortar pinheiros foi nosso envolvimento, que a gente se envolveu já em 1969. Era uma região com muitos posseiros, era posse de dez anos, vinte anos. Lá em Vera Cruz tem uma região que chama Bolsão. Como se chama aquela família que faz carrocerias de caminhões, são muito ricos...

ENTREVISTADORES: Mascarello?

AP: Mascarello. No Bolsão havia o Mascarello antes de serem ricos. Os Mascarellos tinham um armazém geral,

vendiam de tudo. Era um lugar chamado de Bolsão. Lá nós tínhamos bastante gente. Tina o Big Peter, que nós chamávamos, era o Sr. Pedro Gordo, tinha uma outra família, tinha várias famílias que nós fomos aos poucos... mas eram posseiros que vinham de anos e eram frequentemente ameaçados de despejo. Como é uma região que só mais tarde o latifúndio chega ali, não sei a terra não era boa, terra dobrada, mas os donos plantavam e pagavam, ou não pagavam e continuam cuidando ali, morando. E era no meio do mato, no meio do mato tinha uma rocinha, uma pocilga, mas era tudo mato. Pra gente chegar num sitio desses tinha que cortar picada. E no meio do mato tinha alguém morando que já vinha de duas, três gerações.

ENTREVISTADORES: E essas pessoas vinham de todo lugar, RS, SC? Por que o Sr. chegou a comentar que as pessoas tinham uma aceitação muito grande pela figura do Brizola. Essas pessoas vinham já com um ideal político?

AP: Eles vinham do sul e muitos comentavam das escolas do Brizola. Não era um ideia político, eles achavam que era possível ter um país melhor, ter uma melhoria pra eles dentro da perspectiva que o Brizola falava. Ou seja, sabiam que tinha que mudar e que a mudança era necessária por meio das reformas porque naquela época no Brasil se falava muito nas reformas, no rádio, nas década de 1960 as palestras do Brizola chegavam... e o grupo dos onze, e alguns deles participavam do grupo dos onze e assinaram ata, e faziam fichinha, e se queimaram, saíram fora de suas regiões. Porque a caminhada foi no RS, SC, ou direto RS ao sudoeste e de lá vieram pra cá, porque a parada foi mais pro sudoeste na região de Barracão, Santo Antonio. Aqui na Ramilândia, havia um lugar que era o

## ENTREVISTAS

Banhadão, e nesse lugar teve uma organização camponesa porque de fato eles se organizaram, havia um galpão lá e os posseiros fizeram reuniões nos galpões e nós tínhamos o Azizo, ele era um agricultor analfabeto. Ele vinha de uma experiência política do Julião de ligas camponesas ele tinha uma visão política boa. E ele estava no meio dessa gente aí que ocupou terra e durante anos se manteve na terra, todos eles armados, mas nada assim de... papo amarelo, rifle, arma... alguns revólveres, um pessoal bem armado. Quando nós caímos em 1969, no mesmo ano o exército ocupou aquela região na operação Feijão Verde, não sei porque do nome, mas é porque ali é a região do Feijão Verde e tem esse nome é Banhadão Feijão Verde. Esses documentos eu encontrei, muitos relatórios sobre a operação Feijão Verde, é uma pena que esse arquivo sumiu. Eu não tirei cópia, mas vi os documentos da Feijão Verde e talvez existam cópias no arquivo público do Paraná, ou talvez no exército em Cascavel ou na 5ª região dev ter o relatório porque relatório não desaparece. E não tem porque desaparecer se por que? Porque não envolve nenhuma organização de esquerda, não tem nenhum desaparecido político e, então, não tem porque desaparecer. Porque foram presos muitos camponeses no primeiro batalhão em Foz do Iguaçu porque o exército suspeitava que nós estávamos no meio. Como o Azizo estava lá e era contato nosso e nós estivemos por lá eles achavam que eles estavam envolvidos com a gente, mas não estavam. Era coisa da região. Nós só estávamos só passando, mais pra frente quando comessem nossas operações na região, começaria pelo destacamento de Santa Helena, a gente ia pegar arma lá. Quando comessem as nossas operações, a base social seria essa. Quando nós caímos eles caíram em seguida porque na operação feijão verde o exército prendeu as

lideranças, trouxeram-nos para o batalhão e fizeram uma operação chamada Ciso. Essa operação era cívico e social, era uma coisa assim, o exército prendia as lideranças, montava seus acampamentos com barracas e ali tinha um medico pra atender os doentes, um dentista pra atender os sem dente, um barbeiro pra cortar o cabelo, outros pra ensinar a cantar o hino nacional, hastear bandeira, ou seja, era um operação cívica-social. E ficava na região durante um bom tempo pra conquistar a simpatia da população e ver se entre as pessoas que estavam ali alguém chegava e contava: “ó, fulano, fulano e fulano”. Esse era o objetivo, era reprimir e impor o medo, prender a liderança pra impor o medo e, numa segunda etapa, essa operação cívica e social, acho que sexta básica não, era mais o atendimento social que o exército dava pra essas pessoas em região de conflito.

ENTREVISTADORES: O Sr. comentou sobre o Bernardino, o bigode branco. O Sr. sabe o paradeiro dele?

AP: Uma vez alguém ligou pra mim: “ó, o Bernardino ta aqui”. Mas quando nós começamos a cair que o companheiro Quincas, que já é falecido, ele foi jogado de um prédio no Rio, o Joaquim, que é Quincas, pegou o Bernardino e levou pra São Paulo. Deixou o Bernardino na região do ABC, não, Tatuapé, na região da grande São Paulo porque ele tinha parente, amigo, ou alguém ligado a dissidência do Marighela... deixou lá o Bernardino, o Quincas morreu logo depois e nós ficamos sem noticias do Bernardino. Exílio e tal, no retorno eu procurei o Bernardino até que alguém ligou pra mim: “Bernardino veio a Foz visitar o filho”, porque ele tinha um filho aqui em Foz, advogado. Bernardino Jorge Velho o nome dele, e o filho era Domingos Jorge Velho. Aí eu trouxe o

Bernardino aqui pra casa, ele tava mal, doente eu pus ele hospedado num hotel pra ele se cuidar, mas ele estava cada vez mais doente e nós deixamos ele num hospital, na Santa Casa. Eu fui no dia seguinte na Santa Casa, aí me disseram: “não ta não, ele foi pra casa”. Ele queria até levar a enfermeira com ele! O Velho era danado! Queria levar a enfermeira, ela não topou e ele sumiu. Nunca mais eu soube do Bernardino. Perguntava pro filho dele: “tem noticia do seu pai?” e ele dizia: “não, sumiu”. Deve ter morrido há anos, porque nós éramos de 25 anos, faixa de 25 anos de idade todos nós, e o Bernardino já tinha quase 40, 35 ou 40 anos. Bernardino já morreu, com certeza. Ele foi sargento do exercito. Saiu do exercito e tinha uma terrinha aqui em Santa Terezinha, e o dono da terra, ou o que se dizia dono da terra, queria tirar o Bernardino e ele não saia. Ele ameaçava o Bernardino, e ele não saia. Aí um dia foram lá e atearam fogo na casa do Bernardino, deram uma surra nele, expulsaram da terra e o Bernardino ficou... já era revoltado, consciente, aí ficou mais ainda. Aí ele entrou no partidão, aquela coisa toda, não é... era as terras da família D'al Bocchi de Foz do Iguaçu, uma família bem conhecida. Pois é, então a história do Bernardino é essa. Super conhecido, conhecia tudo aí na região. Foi nossa mão direita. Foi um dos nossos que não caiu, foi levado pra São Paulo e de lá desapareceu. Aparece anos depois já na década de 1990.

ENTREVISTADORES: Aluizio, existe uma situação relacionada a luta pela terra que muitos relatam que até a Itaipu não havia uma unidade na luta pela terra. A Itaipu foi o catalisador que acabou redundando na formação do MST, isso depois do movimento dos atingidos pela barragem. Como era essa organização? Você disse, no seu outro relato, que o negócio era estar

organizado, procurar uma organização. Como era esse movimento dos pequenos proprietários? Se você puder falar um pouquinho também da característica destes trabalhadores volantes, da peonada que estavam nas fazendas, de onde vinham, se tinha gente do norte também... como se dava isso antes, ali nos anos 1960, com esses movimentos aqui no oeste?

AP: Eu vou começar pelo fim. Essa peonada era toda ela do sul. Na fazenda do rami é que a gente encontrou os mineiros. E no pessoal do café, mais ali pra cima Assis, Ubiratã que tinha gente de Minas e talvez do Nordeste, mas era muito pouco. Aqui na nossa região não, de Cascavel pra baixo era só o sul. Tanto que Azizo quando veio pra cá ele dizia que estava no estrangeiro, porque era outro sotaque diferente do dele. E não havia nenhum tipo de movimento, eram coisas isoladas. O único que chegou a se organizar foi no sudoeste, em Beltrão. Lá foi diferente, que é uma história muito conhecida que foi quando aconteceu aquela revolta dos colonos. Mas aqui no oeste não, eram bem isoladas as manifestações de luta pela terra. Já no final da década de 1970, início de 1980 quando Itaipu avança a sua obra e começam as primeiras organizações da direção geral da Itaipu pelo seu jurídico a fazer contato com os colonos donos de propriedade, esses donos de propriedades começam a falar sobre isso dentro das igrejas, nos galpões de igrejas no churrascos, festas comunitárias, a conversar, trocar idéias “ó os topógrafos estão vindo aí, estão medindo, vão entrar na minha terra, e tal, vamos ter dinheiro”, está todo mundo de olho no negócio também. E outros resistindo, não queriam vender, outros já pensavam que podiam pegar um dinheiro bom e as coisas foram indo nesse sentido de negociação, mas dentro das igrejas. Quando surgiu a primeira proposta de Itaipu geral

## ENTREVISTAS

pra todos, não havia uma liderança com quem conversar. E essa proposta também é discutido dentro das igrejas, e essa proposta é discutida dentro da igreja luterana que foi o forte dos contatos. Por que? Porque na região de Santa Helena o pastor Werner Fucks tinha uma liderança muito forte entre todos ali. O outro lá de Rondon não era tanto, o que foi deputado o Kirinus, mas eles dois estavam ali mais no meio dos colonos. E o Don Olivio mais o pastor Werner assumiram a intermediação porque estava difícil. Acordo individual eles decidiram que não ia ter, teria que ser coletivo. Ninguém ia fazer acordo individualmente, pode ser que um ou outro tenha feito, mas o combinado era de não fazer acordo com Itaipu. E Itaipu também não queria fazer acordo isoaldo, eles tinham que resolver, tirar o pessoal rapidamente porque restavam só dois anos pela frente antes de começar a inundar a área. E esses contatos passam a ser feito pelo pastor Werner Fucks, pelo Don Olivio e depois veio o Kirinus e as lideranças surgem naturalmente. Aí surgem grandes lideranças no meio dos agricultores e a politização foi rápida, muito rápida. Impressionante. Quando as lideranças surgem e o alto nível de consciência política, talvez pela herança política de gerações que vinham do sul aquela coisa toda do nacionalismo, do getulismo, que vieram de lá, e essas lideranças vão surgir. Não sei lembrar o nome de todos agora, mas eles aparecem nas assembleias e eles passaram a organizar as assembleias. Essas igrejas católicas e luteranas já não faziam mais as assembleias. Quem faziam eram os próprios agricultores. Quem faziam os documentos eram os próprios agricultores. Eu fui da Comissão Justiça e Paz da diocese aqui de Foz. Já contei essa história pra vocês? Eu cheguei em 1979 do exílio; “terrorista”, tal, “assaltante de banco”, não sei o quê, não tinha como me inserir, é

difícil, não é, nessas condições aí. Mas aí a gente vai, vai indo, não é? eu trabalhava no jornal Hoje que o Zifrin filho fez o jornal Hoje de Foz e eu fui trabalhar lá. E ali entrei em contrato. Era eu e o Juvêncio Mazarollo. O Juvêncio bem carola, saiu do seminário, queria ser padre e não conseguiu foi professor. Aí nós fomos conversar com Don Olivio e ele me chamou pra entrar na Comissão Justiça e Paz como conselheiro e eu falei: “Don Olivio, você sabe a minha situação, como que eu vou ser conselheiro da diocese de Foz do Iguaçu, fichado...” e ele disse “Você que eu quero, pessoas assim que eu quero porque o trabalho é social, não sei o que..” Então ele me deu uma carteirinha e eu cai no mundo. Cai no mundo, eu já tinha uma fachada eu precisava de uma fachada, eu precisava de um passaporte, era o meu passaporte assinado pelo bispo, “deixa comigo”. E eu comecei a participar de todas essas assembleias, fui representar a Comissão em Santa Helena, reuniões fechadas com a Itaipu, reunião no centro executivo, reunião em Itacorá e Diamante, em todo lugar. Era reunião com colono eu tava lá junto como Comissão Justiça e Paz e essas reuniões foram avançando, e eu não sei se foi por parte do Werner Fucks ou de outra liderança que teve a idéia de criar uma organização pra representá-los e foi então que surgiu o movimento dos agricultores sem terra do oeste do Paraná, que é o MASTRO. Surgiu assim. Então quem representava os agricultores era o MASTRO que passou a representar os sitiantes, os posseiros, os parceiros e todos que viviam sobre a terra, sendo proprietário ou não. O MASTRO negociou em nome de todos porque cada caso era um caso. Quem tinha terra, era a indenização da terra, mas e o posseiro? Como que fica? E o parceiro que só trabalha e fica com uma parte do que produz, não é? como é que fica? E os indígenas? Como é

que fica? Então o MASTRO passou a representar todos ali. O avanço do movimento que chegou até aquela manifestação que chegou a acampar no centro executivo e a policia, a PM ou o exército impediu de acampar no centro executivo, que eles acamparam no trevo da vergonha, e ficaram um bom tempo ali no trevo, tudo isso foi organização do MASTRO. Ele que define, inclusive, junto com a Itaipu essas indenizações. E o MASTRO só não organizou a saída, porque as pessoas saem e compram terra maior. Mas teve gente que não comprou, que gastou que perdeu, outros que os posseiros, parceiros e meeiros foram enviados em caminhões, num ônibus, Itaipu alugou muitos ônibus pra levar essas pessoas pro norte e foram pra lá e quebraram a cara, e volta pra cá pra morar em favelas da região. Até que o MASTRO deixou de existir. O MASTRO vira e mexe tem lá na frente, numa reunião que teve lá em Cascavel. Isso é o que sei em resumo. Um resumo do resumo dos acontecimentos.

ENTREVISTADORES: A sua nomeação pelo bispo foi em 1979?

AP: Foi em 1979.

ENTREVISTADORES: Quanto tempo foi até a marcha do trevo da vergonha?

AP: A ocupação do trevo da vergonha foi em 81, 82? Foi por aí, porque o lago surgiu em 82, então foi em 81.

ENTREVISTADORES: Foi um período grande de participação em assembleias e atividades...

AP: Muitas assembleias e atividades... assembleias imensas na região de Santa Helena, Itacorá...

ENTREVISTADORES: Nesse momento o Sr. já voltou e está inserido aqui como jornalista. Como surge o jornal Nosso Tempo? Foi no contexto da luta?

AP: Não. Surgiu assim. Quando cheguei eu não tinha profissão. Tinha que trabalhar, procurar em prego. Aí eu conheci o Adolfo Mariano da Costa que foi prefeito em Medianeira, que foi o primeiro chefe do arquivo publico do Paraná quando o Requião abriu o arquivo. Adolfo foi estudante de direito, foi de esquerda, eu o conheci em Medianeira quando nós estávamos implantando as coisas em Medianeira, Lauro Constantino e Adolfo. Adolfo era mais medroso, o dentista era mais audaz, mas o Adolfo era nosso contato. Quando voltei eu procurei o Adolfo pra conversar. Ele e o Fonseca que foi deputado eleito por Medianeira. E agora, como que fica? Aí eles me acomodaram, digamos assim, no jornal Hoje de Foz. Eu passei a ser repórter do jornal, colunista. Eu e o Juvêncio num jornal? Já viu o quê que virou esse jornal, as reportagens, as entrevistas, as colunas... o juiz mandou apreender uma vez o jornal, envelopar em plástico. Acaba que, o chefe da Itaipu que depois foi diretor financeiro da Itaipu e vira mais tarde presidente do Banestado, uma pessoa chamada Giacondino Furtado que era da ARENA comprou o jornal. Muito dinheiro na Itaipu, não é, rios de dinheiro... não dava pra mandar a gente embora mandaram comprar o jornal. Compraram o jornal e mandaram nós embora. E ficamos eu e o Juvêncio e outros amigos na rua. Pagaram pra nós uma indenização, “vão embora! Não queremos vocês aqui! Aqui não tem lugar pra comunista!” Itaipu comprou o jornal, porque na verdade o dinheiro saiu de algum lugar. E nós decidimos em 1979 criar um jornal e surgiu o Nosso Tempo em 1980 a



## ENTREVISTAS

partir disso que já falei. Eu e o Juvêncio estávamos inseridos na Comissão Justiça e Paz, estávamos inseridos em lutas e o jornal vem como consequência... eu encarava como uma tarefa... eu era um sem partido! O PCB havia acabado. Eu havia saído do PCVB lá atrás. O MR8 acabou, a VPR acabou! Tudo acabou! O que existia era o MDB. Mas eu também não vou apoiar o MDB, não queria ir pro MDB... Eu tava mais a fim de trabalhar em cima do que foi combinado na carta de Lisboa. Que quando nós que vínhamos de uma extração da VPR, mas nós que fomos da VPR, MNR, nós que fomos de organizações muito semelhantes decidimos fazer uma reunião em Lisboa com o Brizolla e o Neiva Moreira, o Dotel de Andrade, Bocaiuva Cunha, nós tiramos uma carta chamada de Carta de Lisboa de retomar uma caminhada com a bandeira do PTB. Um novo PTB propondo o socialismo sem capitalismo de Estado e partido único. Um socialismo pluripartidário. Porque nós vínhamos com nossos conhecimentos e decepções com a construção do socialismo na união Soviética, Europa Oriental, em Cuba e nós decidimos que não era por aí. Nós queríamos construir um socialismo pluripartidário onde o Estado não encampe toda a economia, mas que o Estado encampe e determine os rumos da economia, mas que a iniciativa privada tenha o seu espaço. Isso era o que na nossa visão o que alguns chamavam de socialismo democrático, o Brizolla chamou de socialismo moreno. Essa era a nossa proposta, e eu estava nessa proposta.

Tanto que em 1980, já naquela pauleira toda do SNI, de bombas nas bancas de revista, na OAB, eu não sei se o Rio centro é nessa mesma época...

ENTREVISTADORES: é um pouquinho depois... em 82...

AP: É! Tudo aí! Nós trouxemos o Brizolla pra uma manifestação, uma coisa muito audaz. Não podia ser feito em praça pública, há insegurança, e nós fizemos dentro de um clube com a transmissão direta pela rádio Guaíba. Veio gente do sul todo! Vieram caravanas e muitas caravanas! Enchemos aquele clube, e tinha gente do lado de fora foi necessário aparelhagem de som... Foi uma doideira! Está tudo gravado! A polícia federal gravou tudo! Isso eu descobri lá no arquivo da polícia federal de Foz. Essa coisa nossa! Era PTB. Depois... é interessante aquela época! Depois nós fizemos um churrasco na fazenda do Miola em São Miguel do Iguaçu, mas fechado, porque o Brizolla não pediu se era fechado, e gozado que nessa... eu não sei, o Brizolla não bebia, não estava bêbado, mas o povo estava cobrando dele atitude, as pessoas cobrando dele atitude, “vamos resistir? Vamos fazer a revolução?” e o velho fica encantado e começa a falar em Revolução, essas coisas todas, não sei o quê “vocês se preparem”, aquelas conversas. Era uma caminhada nesse sentido. Até que o Goubery do Couto e Silva consegue dar aquele golpe, a gente perdeu a sigla e aí eu já não entrei em partido mais nenhum! Então, eu encarava como uma tarefa, mas não era tarefa do PTB, era uma tarefa minha “eu tenho que fazer um jornal, me inserir nisso, naquilo...”. como que eu vou chegar do exílio, depois de tudo o que aconteceu, e vou ficar fazendo o quê? Ficar vendo novela? Por um pijama e uma pantufa? Não! Eu acho que a maioria dos exilados que voltaram em 80, porque foram chegando em 79, 80, 81, 82... eu já cheguei antes, todos foram se inserindo em algumas coisas: imprensa, movimentos sociais, igreja, que acolheu muita gente. Poucos foram para o MDB. Tem o caso do Bona Garcia lá de Porto Alegre que foi chefe de gabinete do Brito, do Pedro Simon. Mas em outra vertente já foi se encantando

com os metalúrgicos de São Bernardo, junto com a igreja, e constroem o PT. Então, as pessoas foram assumindo as coisas, ou PT, MDB, nossa vertente ficou como PDT um tempo até que o Brizola toma posições a direita e a gente se afasta do PDT. O Rio Grande do Sul foi o primeiro que rompeu com Carlos Araujo, Dilma, Minhocca e Calino, e nós saímos logo em seguida aqui no Paraná e depois foi o pessoal do Rio. Uma parte foi pro PT e outra parte ficou sem partido. O que aconteceu depois da diáspora, não é?

ENTREVISTADORES: Quando o Sr. retorna. A opção por Foz do Iguaçu, tem haver com a parte pessoal, ou seja, retornar com família e construir a vida nesse momento lá em 1979 e junto com isso a opção por Foz do Iguaçu?

AP: Eu não tinha nenhuma opção. Foz do Iguaçu nunca me passou pela cabeça. Eu estava no Rio que era o meu chão! Chão mesmo, um ótimo chão porque tinha contatos, amigos, militância, tudo era no Rio. Quando eu volto clandestino fico no Rio, eu não fico em Foz. Foz do Iguaçu tinha o que aqui? Fim do mundo? Quando eu cheguei veio eu, a minha mulher e três filhos. A Florita, Andreia e o Alexandre, voltamos os três. Entramos por Puerto Iguazu. Eu tinha uma cunhada na recita, quem me trouxe foi o marido dela em um carro, todos nós. E ela distraiu a policia federal que não pediram nada. O carro atravessou a balsa a noite, pegou o porto Meira e arrancou, porque era numa lancha, e veio embora. Eles pararam em Foz e eu segui viagem até Curitiba. Lá nós trocamos de carro e fomos até São Paulo, trocamos de carro novamente e eu fui parar lá em cabo Frio. Foi assim numa disparada. E a mulher e os filhos ficaram aqui e eu fui pra lá. Quando o projeto de anistia passa pela

câmara de deputados, depois de todas aquelas negociações, aquela anistia maluca, eu consigo um atestado de anistiado na auditoria da Marinha porque eu não tinha documento e eu liguei pra cá e falei com a Nice, disse “olha você prepara as crianças e vem pro Rio, porque aqui que as coisas estão acontecendo e a virada vai ser aqui, aqui que as coisas estão fervendo” e eu acreditava que estava explodindo e ela me disse assim “você é quem escolhe. Ou nós ou a sua revolução”, aí me pôs contra a parede e eu acabei saindo da minha opção e vindo pra cá. E eu vim pra cá pra fazer duas coisas... então já que estou, vamos que vamos... bispo, tal, e jornal e todas aquelas coisas que eu contei. Então não foi uma opção ter vindo pra cá, foi uma pressão.

ENTREVISTADORES: Tinha uma pessoa que havia lhe acompanhado em todas essas lutas...

AP: É, tinha... e eu não podia dizer não, não é? e o Brasil é grande, não é? Apesar da distância vim muito triste, vim chorando, sabia que estava... não havia internet, não havia celular, então era mais difícil reencontrar os companheiros no Brasil, só indo. Telefone, com muito cuidado porque na verdade em 1980 a ditadura estava aí inteira, os órgãos estavam inteiros, tanto que surgiu os atentados da OAB, dona Lidia Monteiro que morre, é o atentado no Rio centro. Os órgão de segurança estavam ainda inteiros e querendo voltar. Foi a transição dos anos de 1980.

ENTREVISTADORES: Nesse momento não passava pela sua cabeça ter um trabalho de tentar localizar os seus companheiros mortos no parque nacional? Do Grupo do Onofre?

AP: Não.

## ENTREVISTAS

ENTREVISTADORES: A escolha por Foz não passa por aí?

AP: Não tem nada a ver. Só depois de eu estar aqui é que as pessoas começam a falar “fulano voltou, fulano morreu” e eu começo a procurar também aquele grupo que eu conheci lá atrás, e que procurou me envolver numa passagem para o Brasil junto com o Onofre Pinto e que eu começo a pensar “poxa, eles voltaram e desapareceram, eu vou atrás deles”. Eu começo a ir atrás deles ainda na década de 1980. Eu levanto uma possibilidade de infiltração, uma possibilidade, mas não certeza. Eu nem sabia quem tinha vindo. Eu sabia que tinha vindo o Onofre Pinto sim, agora eu não sabia se o Carvalho tinha entrado, se o Joel, Daniel, nem sabia do Vitor Ramos, nunca tinha ouvido falar do Argentino, muito mesmo, mas eu queria saber o que havia acontecido com o grupo que entrou. Só mais tarde, bem mais tarde é que vou configurando tudo até chegar neles. Chegar neles não, a gente acabou não chegando.

ENTREVISTADORES: Depois do que o Sr. relata no livro, existe algum avanço nessa procura? Alguma novidade?

AP: Pois é, foi como eu disse, nós fizemos uma escavação quando o Nilmário Miranda foi nomeado pelo Lula como Ministro, na verdade a uma secretaria extraordinária. Fizemos uma escavação quando o Nilmário era... na verdade, fizemos aquela escavação em Nova Aurora que aconteceu dentro de um contexto interessante. Eu estava sempre dando entrevista sobre esse grupo de desaparecidos e a folha de Londrina decide falar comigo. Aí eu falo, “estão no Parque Nacional na estrada do colono” e a folha de Londrina estampou lá “Parque Nacional, estrada do colono”. E eu já fui direto

naquele negócio. Eu trabalhava na prefeitura, chegava em casa tarde da noite e sempre minha mulher falando “ligou um cara aí pra você diz que era do MR8 e que sabe onde estão os desaparecidos políticos, e que tem muitos documentos e que quer te entregar uma caixa com documentos que te dá a localização”. Mas quem é? eu conheço todos do MR8, que é que liga e não dá o nome? E ligou várias vezes e eu falei “da próxima vez que ele ligar dogo pra ligar tal hora que eu estarei pra atender ao telefone”. Aí eu vim pra casa e botei o telefone ao meu lado com ansiedade, boca seca de tão ansioso, e tocou uma duas vezes e era recado pra filho. E eu pensando “tomara que ninguém ligue mais, só o cara”. Aí o cara ligou e não tinha nada de MR8. Ele disse “não, não, eu sou outra coisa, eu fui analista do DOI na época” ele foi analista da repressão, e disse “eu sei onde estão enterrados, eu sei quem está lá no buraco e tenho uma caixa com documentos e quero entregar a você. Estou de passagem por Curitiba, venha aqui encontrar comigo.” Sim, mas como cara? Em Curitiba? Eu estou em Foz do Iguaçu? E ele disse “não, eu fico até amanhã”. E eu procurei Vítório Sorutiuki e disse “eu preciso de você urgentemente pra ir atrás de uma pessoa”. Eu estou em Foz? E ele disse “diga pra ele deixar um bilhete debaixo da minha porta no edifício Asa que eu agora não posso”. E então eu falei com o José Carlos Mendes que foi meu contato à época da VPR aqui no Oeste e que conhecia bem essa história e disse “O Zé, se manda cara! Você diz o local que o cara vai ligar daqui a pouco de novo!” Aí o Zé marcou um encontro com ele num bar. E o cara me liga e eu digo “vai a tal bar que terá uma pessoa te esperando. Ele é de minha confiança, pode se abrir com ele.” E o cara me ligou mais umas duas ou três vezes pra ter certeza de que não estava sendo seguido porque ligava de orelhão,

uma coisa bem misteriosa. E eu esperando que o Zé ligasse pra me dizer como foi o encontro. Mais tarde o Zé me ligou e disse que ele e a namorada haviam se encontrado com o cara, que ela era boa de gravar fisionomia, que tomaram uns conhaques, que deu um porre nele e ele fez um mapa perfeito e ficou de se encontrar com ele mais tarde pra entregar a caixa de documentos e ele foi embora. Então ta bom Zé. Me manda com urgência esse fax esse croqui. E eu fui com esse croqui com o Adão Almeida da policia federal a Nova Aurora várias vezes até que descobrimos onde foi o campo de pouso, a cabeceira do campo de pouso e as informações foram batendo. Então os caras estão aí mesmo! Informação perfeita! Fazenda de Fouad Nacle, tudo perfeito! E as pessoas dizendo que houve uma operação do exército, que de fato ocuparam a pista. E o gráfico dizia assim “atravessaram a fronteira em Santo Antonio, passaram pra Boa Vista da Aparecida, cruzaram o rio Iguaçu, passaram pra Cascavel com os corpos”, mataram lá, não é, segundo eles, mataram já na fronteira e estavam levando os corpos pra enterrar. Por quê que não enterraram antes, não é? ficar carregando couro... e por quê que não foram pela BR? Pra fugir, pra não ter controle. Deram toda a volta por Boa Vista, deram a volta por lá pegaram Cascavel e foram pra Nova Aurora. Com essas informações eu falei com o Nilmário Miranda, “vamos fazer as escavações” e o Nilmário montou todo uma coisa, chamou toda a imprensa nacional e a imprensa fazia a cobertura diária e começamos a escavar e trouxemos os argentinos da antropologia e nada. Decidimos parar as escavações e fomos embora todo mundo. O Alberto estava sempre junto, o pai dele torcendo ali e tal... e a cidade toda se mobilizou em função dos desaparecidos políticos, ninguém tinha ouvido falar. A radio transmitia direto do buraco, a rádio de Nova Aurora. A rádio

de Vera Cruz, não de Ubitatã que era mais perto de lá, ou Nova Cantu? Goioerê. As rádios transmitindo direto “estamos aqui no buraco, daqui a pouco vai aparecer os corpos”, aquela ansiedade... Depois, muito tempo depois quando surge a informação mais correta, de uma testemunha, é que eu começo a pensar “esse cara desviou nós do Parque Nacional”, foi um desvio, o exército fez isso, na guerra você desvia, chama atenção pra outra coisa. Acende o fogo aqui, pra distrair a atenção dali. Então ele nos desviou do Parque Nacional nos levando pra Nova Aurora. Porque de fato aí surge o imaginário popular porque muitas pessoas começaram a dizer “tinha um buraco, a maquina fez um buraco e enterraram gente. Fulano de tal sabe...”. E nós ali, o imaginário nos envolveu também, porque as pessoas começam a criar coisas, “levaram pra fazenda, penduraram na fazenda e enterraram, eu vi, eu estava lá... eu jogava bola, não sei o que”. As pessoas começam a contar. Uma cidadezinha pequena, já viu, não é? Depois abandonamos. Investigamos muito em Ramilândia, Medianeira. Porque aí surgiu também uma outra informação do deputado Irineu Colombo de que um eleitor ou amigo dele de Ramilândia ouvia gritos a noite e que eles foram enterrados onde o MR8 tinha um sítio e que levaram até lá e lá mataram. E a gente começou a investigar também naquela região de Ramilândia. Era outra informação furada. A informação correta, a que eu considero a correta porque a pessoa não se ofereceu, ele foi descoberto. Ele não quis falar comigo, falou com outras pessoas. Ele falou com o Adão Almeida que é da policia federal e com o Cesar Cabral que é patrão dele. Ele é da policia civil. Ele indicou um local, ele foi uma vez, a pé. A primeira expedição que eu boleei, muito maluca, porque não havia necessidade de fazer isso que era ir até Capanema, atravessar o rio Iguaçu de lancha e caminhar

## ENTREVISTAS

de lá até o local onde eles teriam sido enterrados. E o cara deu uma informação errada. Não é errada, é que ele e todos caíram ali de cansaço e ele disse “é aqui ó, o riozinho que não sei o que...” E nós fizemos a primeira escavação nesse local. Mais tarde, sobrevoando a área junto com essa testemunha é que El se orientou melhor e apontou que não era na primeira curva, era na segunda curva. Então quando ele falava “é tantos quilômetros saindo de capoeirinha e indo em direção ao sul, e não saindo de Capanema em direção ao norte”. Nós localizamos com maior precisão ali e fizemos mais duas escavações em direção no governo Lula e o Ministro era o Paulo Vanuchi. Quando a Dilma assume, a busca dos desaparecidos políticos deixou de ser prioridade do governo. A ministra Maria do Rosário não coloca em pauta a busca dos desaparecidos. Não sei se foi um pacto de governabilidade, ou o que? Um dia nós vamos saber por que? Araguaia avançou um pouco por pressão dos familiares, mas também não foi o suficiente como havia expectativa. A busca em Perus foi feita por iniciativa dos familiares. No cemitério do Rio, não sei o que Albuquerque... também foram os familiares que fizeram todo o trabalho. E aqui foi definitivamente abandonado. E não adianta insistir, porque fogem do assunto. Deixou de ser prioridade. Deve ter sido um pacto. Até que criaram a Comissão Nacional da Verdade dentro do pacto. E o pacto continua, porque foi o pacto que já houve lá atrás em 1979 quando a lei de anistia foi aprovada. Esse pacto prevalece. A Comissão Nacional da Verdade ela trabalha dentro de um pacto. Ela vai contar a história. No relatório final, daqui a um ano, ela vai contar a história como Lea deve ser contada, a verdade virá a tona, mas os mortos e desaparecidos políticos não tem como a Comissão da Verdade avançar porque não é esse o seu foco. Isso nós já

sabemos, nós vamos fazer uma reunião em São Paulo com todos os Comitês Estaduais e outros Comitês de verdade e de justiça e direitos humanos com a Comissão Nacional da Verdade pra tentar avançar em função disso, porque existe uma sentença da Corte, o Brasil não cumpre essa sentença. E o tempo vai passando, daqui um ano sai o relatório e nós vamos ficar sem saber o que aconteceu com essa parte da história. O deputado Paiva. O que se sabe é casual, apareceu um documento como uma coisa que aconteceu! Do Herzog foi também um fotógrafo que apresentou provas. Então, a Comissão Nacional avançou no sentido de que apresentou o atestado de óbito do Vladimir Herzog. O que está acontecendo é pouco dentro do que estão... tem a questão camponesa, a questão indígena...

ENTREVISTADORES: Podemos falar um pouco mais sobre a Comissão? Me parece que falta vontade política, mas ao mesmo há limites. O que há acontece é dentro dos limites impostos a partir do próprio Estado pra que as Comissões possam avançar na busca. Elas não conseguem fazer isso sozinho, elas precisam de um apoio estatal pra poder fazer, como é o caso de uma escavação, por exemplo, como do passo seguinte de medidas judiciais, em fim... isso parece ser uma... é por aí?

AP: então, pra fazer uma escavação, você tem que ter ao seu lado o Ministério Público. Tem que ter a polícia federal acompanhando. É um ato do Estado, não é um ato isolado. Como que eu vou fazer? mesmo que seja um lugar acessível, como que uma Comissão de familiares vai fazer uma escavação sem o monopólio estatal, sem ser uma coisa legal? Tem que ser legal. Tem que ter legalidade! E nesse momento essa legalidade você não consegue. Você vai na secretaria de direitos humanos e eles

dizem “não, isso agora é com a Comissão da Verdade. Mas a Comissão 9.140 existe. Ela existe, está lá, o presidente dela me apoiou quando eu fiz um pronunciamento na Comissão Nacional da Verdade. Me apoiou, mas também está travado. Ele cobra da comissão Nacional da Verdade porque ela não assumiu o acervo de anos de trabalho da comissão dos Mortos e Desaparecidos que é uma Comissão de Estado, foi criada no governo do presidente Fernando Henrique. Então essa Comissão tem uma experiência acumulada. Mas a Comissão Nacional da Verdade (CNV) não se interessou pelo trabalho da Comissão, porque é uma Comissão que só trabalhou mortos e desaparecidos. E quando a CNV foi promulgada, entre as pessoas que iriam falar estaria a Vera Paiva, a filha de Rubens Paiva. Nos bastidores surgiram aqueles negócios “se ela fala tem que falar um militar”, mas falar militar não pode falar. Então como militar não pode falar, ela não fala. Aí chega na presidente, e agora? Não fala ninguém? A concessão já foi ali, porque já estava no cerimonial que era um ato de promulgação de uma lei, como foi àquela, com muitos convidados, tem que ter um cerimonial “fala pelos familiares... fala fulano de tal”. Já cortaram a fala da moça. No dia da instalação... Sarney, Collor, Fernando Henrique, todo mundo lá, e mais uma vez a Comissão é feita em torno da conciliação nacional. Tá bem claro na lei, é de conciliação nacional, reconciliação. Então, houve um pacto. Acho que o pacto é esse, o pacto do silêncio. Em nome da governabilidade. As forças armadas também não aceitam, porque elas se baseiam nas lei de anistia de lá atrás. Porque se você vai procurar saber as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos você chegará aos responsáveis. Se chega aos responsáveis, é por dever e ofício e tem encaminhar pro Ministério Público por dever de ofício e o

Ministério Público tem que mandar pro poder judiciário. Aí complica tudo, não é? Então, pra se fazer tudo dentro da lei, e tem que ser feito dentro da lei, não se mexe na questão dos mortos e desaparecidos porque se não vai dar confusão lá na frente. Deve ser esse o raciocínio, eu imagino que sim. Então enquanto não houver uma revisão da lei de anistia, isso estará travado. Ou então a gente pode apelar pros tribunais internacionais. Eu fui a uma palestra na Universidade de Brasília onde o representante do Brasil na Comissão dos Direitos Humanos da ONU deixou claro que qualquer cidadão tem o direito de apelar pra corte internacional. Porque o Brasil é signatário, tanto da Corte Interamericana quanto da ONU. Então, a gente tem conversado com a Beatriz Alonso, que ela que trabalha com essa questão dos tribunais internacionais, pra começar a preparar petições e encaminhar aos tribunais internacionais com relação aos mortos e desaparecidos do Brasil. A pressão tem que vir de fora pra dentro, mais uma vez. Assim como a anistia foi feita a partir de uma pressão de fora pra dentro, dessa vez a pressão tem que ser de fora pra dentro. Aquela vez foi mais fácil, porque o Brasil dependia de financiamentos externos para a construção das grandes obras e os bancos exigiram que no meio ambiente e direitos humanos fossem cumpridos alguns protocolos, e a Anistia saiu em parte por isso também... então, a gente acredita que de fora pra dentro as Cortes internacionais cobrando do Brasil um posicionamento, ou cumpre, ou país passa a ser um país que assina e não cumpre tratado.

ENTREVISTADORES: Então você acredita que esse processo não vai ser resultado da Comissão?

AP: É difícil dizer...

## ENTREVISTAS

ENTREVISTADORES: Da Comissão já foi um ano, tem mais um prazo limitado. Então qual é o seu balanço do que avançou e do que tem de entrave burocrático, falta de recursos...

AP: O entrave é legal. Eu vejo que o entrave é legal, não é? por mais que eles tenham vontade existe um entrave legal, existe um pacto. Eles não vão avançar. Antes da Comissão a gente avançava. Agora com a Comissão travou de vez! Já estava difícil. Porque a Comissão não pode ir além de suas atribuições legais. Tem que estar dentro da lei de criação da Comissão. Porque antes não havia essa questão. Existe uma lei que criou a Comissão Nacional da Verdade e na lei está bem claro suas atribuições que é promover a reconciliação nacional. Essa é a palavra de ordem. Quando você chama de reconciliação, não dá pra pegar o... “mas quem depôs? Nós já chamamos alguns responsáveis...” não chamaram! O Claudio Guerra foi porque ele se ofereceu. O Marival foi porque se ofereceu. O Curió diz que vai, também está se oferecendo. Agora, eles não chamam o Brilhante Ustra. Por quê que não chamam o Brilhante Ustra? Por quê que não chamam o Paulo Malhões? Eles não chamam, eles não estão chamando, eles ouvem os que estão se oferecendo!

ENTREVISTADORES: Existe o seguinte aspecto. Nós historiadores quando olhamos pra isso, a gente nos coloca uma questão que é o quanto se produziu de memória sobre o que foi a ditadura, inclusive no movimento de tentar apagar dos próprio materiais didáticos das escolas a problematização. Na verdade ela nunca chegou a ser feita e há um movimento nesse sentido... então de certa maneira a existência da Comissão pode fazer a sociedade brasileira se dar conta do problema, ou não. Então eu acho que essa é

uma questão que fica pra gente. Independente de ser uma questão institucional. Porque na sua fala, o tempo todo quando o Sr. está falando do movimento que vocês tiveram, a gente percebe que esse movimento é apagado. Ele não tem informação se não for pela sua fala. Então é o momento em que há a possibilidade de trazer isso à tona. Como o Sr. avalia isso?

AP: De fato, nos últimos 30 anos muita coisa foi produzida. Vocês mesmo lá em Rondon tem uma produção. As universidades produzem. Todo o dia toda hora todo mundo produz. O jornalista produz, os escritores produzem. Os pesquisadores produzem documentos e mais documentos, livros e mais livros. Ou seja, a CNV teria, e está fazendo, um apanhado de tudo isso e escrevendo, no seu relatório. Se a Comissão é do Estado, e não do governo, o que ela escrever passa a ser a história. Imagino assim...

ENTREVISTADORES: Oficial.

AP: Oficial. E todo o material didático do ensino fundamental e da Universidade, vai ter como referência o relatório. Aí a gente pergunta: “nós precisamos mudar a cabeça dos militares.” Mas não, eles é que devem mudar a cabeça. A guerra fria acabou! O perigo interno não existe, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é uma coisa que ficou lá pra trás. Então, vamos tirar da grade dos colégio militares e das academias militares, aquela grade da DSN. E passa a ser o relatório da CNV a referência pras academias. E para as escolas, a policia federal mudou a grade, mas apra as escolas das policias militares do Estado, não sei se são todas de Estado, mais na maioria dos Estado brasileiros, dentro das escolas de formação dos policiais militares, da policia

dos Estados, a visão que se tem da história é a visão da DSN ainda! Então não é só na Marinha, Exército e Aeronáutica. Não sei se eu contei pra vocês que no ano antepassado, a mãe de um aluno de uma escola de Belo Horizonte ligou pra mim desesperada. Porque o filho dela levou o meu livro pra sala de aula e ela foi chamada! Se o aluno insistisse ele seria expulso! Que não podia entrar com literatura subversiva, com aquele conteúdo dentro da escola militar. Então, existe essa mentalidade no século XXI, depois de tantos anos passados. A gente espera que, pelo menos essa tarefa, a CNV possa fazer, a de mudar as grades e as visões dentro das escolas militares para que os novos oficiais que vão surgir daqui pra frente tenham uma visão democrática. E não essa visão que eles possuem atualmente. A própria polícia militar tem uma visão de bater, bater e bater. Mata e depois justifica como auto de resistência. Porque aprendeu lá atrás como fazer um auto de resistência. Isso justifica a violação aos Direitos Humanos.

ENTREVISTADORES: A ideia de que a população brasileira apoiou a ditadura. A sua fala mostra que isso não pode ser dito dessa forma. A gente percebe que, em outros processos, a exemplo do que aconteceu na Espanha depois das fossas de Franco e que houve uma explosão de memória, que eles chamam assim, e que isso começou a vir a tona, hoje se coloca como um problema essa criação de uma história oficial porque ela passaria a ser a verdade do Estado. Então, pra gente coloca-se uma expectativa imensa no relatório da Comissão porque se ele vais ser usado como história oficial, o que estará escrito lá?

AP: Porque a Comissão é composta de 7. Tem três ou quatro membros que saíram do Poder Judiciário. Tem um tucano lá que é o José Carlos Dias, e acho que fora da poder

Judiciário só tem a Rosa Cardoso e a psicóloga lá... que eu não lembro o nome. Os outros todos saíram do Poder Judiciário. Todos eles vão se basear nos relatórios que estão recebendo. Eu acredito que vai ser um bom relatório porque não pode ser diferente. Porque eles estão ouvindo todos. Eles não estão convocando, mas todos que aprecem eles ouvem. A participação do Brasil na Operação Condor, quem vai escrever o relatório é o Luis Cláudio Cunha. Uma pessoa que nós sabemos que é um bom pesquisador que trabalha a nos essa questão e está indo a fundo nisso. Então eu acredito que será um bom relatório, não tenho dúvida.

ENTREVISTADORES: dentro destes estudos históricos que foram produzidos, o Sr. acompanha as disputas que existem em torno do que foi a ditadura? Assim, a história da Folha de São Paulo com a ditabranda, as comparações, na Argentina foi pior, ou até mesmo interpretações de que a ditadura só começa mesmo depois do AI5, ou que a ditadura termina em 1979 com a anistia e não muito tempo depois... não sei em que medida esse tipo de interpretação está presente, é reproduzido socialmente, tem espaço na mídia...

AP: Existem muitas disputas pequenas, médias e grandes. Existem disputas entre os Comitês. Recentemente a CNV fez um pronunciamento e o Jair Kirschke ficou muito bravo porque ele diz que ele investigou tudo e a CNV não publica a autoria dele. Um pouco de vaidade de todo mundo, não é? Isso seria um tipo de disputa. Existem outras que são dos grandes veículos de imprensa. Que aí, mais uma vez, você chega nos pactos. Até que ponto eles não podem repercutir os relatórios e os pronunciamentos da CNV que vai contra toda uma linha editorial da Folha, por



## ENTREVISTAS

exemplo. Porque quando houver, e haverá o Comitê da Verdade de São Paulo, já estão trabalhando nisso, e eles tem documentos declarações suficientes da participação da Folha nas operações e nas prisões, de campana. Então quando esse relatório vier a tona, que é da Comissão nomeada pelo governador do Estado de São Paulo, é a Comissão oficial do Estado de São Paulo. Quando sair, a Folha vai publicar? Dificilmente.

ENTREVISTADORES: A questão do envolvimento empresarial, que é uma questão que apareceu agora. Em certa medida o Boilensen já se sabia, mas parecia ser algo mais isolado. Parecia não... mas é a instituição que ele representava, a FIESP enquanto instituição, frequentando um centro de tortura...

AP: Pois é, então isso a gente não sabe se vai repercutir. O da federação brasileira de futebol, que é o Marin, está lá, e continua. Não saiu. Apesar de todo o bombardeio, apesar de tudo o que falaram ele continua lá. Ta caindo, mas não cai! Não sei se chega até a copa!

ENTREVISTADORES: Mas não são informações, essa, por exemplo, da participação empresarial, não são informações que trazem um sentido histórico da ditadura mais amplo que não é só militar, está em contradição com o espírito de conciliação. Porque é difícil você conciliar quando se percebe que a ditadura cumpriu um sentido histórico mais amplo e que se expressa nesse envolvimento empresarial.

AP: Pra você ver a contradição que vai existir. Tem uma lei que propõem a reconciliação nacional, mas por outro lado há as investigações que vão levar a certos

confrontos e o que vai acontecer lá na frente nós não sabemos. Como que a CNV vai dizer “isso aí não vai investigar.” Tem que investigar tudo. E os comitês estaduais cumprem esse papel. O Comitê do Paraná, falando do nosso chão, foi feito uma construção boa. Mas só que o governador não dá posse.